



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

**PERCURSO DE ENSINO E CIÊNCIAS NAS CARTAS RÉGIAS:
A ESCOLA MÉDICA DA BAHIA²⁶⁶**

Adailton Ferreira dos Santos*
(PUCSP)

RESUMO

Este trabalho no campo da história da educação e ciências aborda aspectos do ensino superior no século XIX, notadamente na Província da Bahia. Procuramos mostrar a trajetória da Faculdade de Medicina sua criação, sua difusão e seu desenvolvimento num contexto político conflituoso e de crescimento do país, bem como de doenças e epidemias e de medidas adotadas pela Coroa para melhoria do ensino e da saúde pública a partir de estudos das Cartas Régias do Príncipe Real D. João VI e dos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II no período denominado de Brasil Império.

PALAVRAS CHAVES: História da Ciência; Faculdade da Bahia; Brasil Império.

INTRODUÇÃO**As Vias de Contexto e o Ensino Superior na Bahia**

O cenário político e social de Portugal se modifica a partir do século XIX, quando se faz sentir o processo de desgaste, conflitos e mudanças ocorridas nas demais

²⁶⁶Este trabalho faz parte da minha pesquisa no doutorado, sob a orientação da professora Doutora Márcia H. M. Ferraz no Programa de Pós-Graduação em História da Ciência na PUCSP.

*Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Centro de Estudos em História e Filosofia da Ciência e Ensino – CHFCE/UNEB. Mestre em História da Ciência – PUCSP; Doutorando em História da Ciência – PUCSP (com apoio da CAPES). E-mail: adailtonfs@bol.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

regiões da Europa. Entre outros fatos a decretação do bloqueio continental imposto pela França, em 1806, à Inglaterra, que estava em plena revolução industrial, tinha o propósito de encurralar e eliminar as vias de acesso de que o comércio inglês dispunha no continente europeu (FAUSTO, 1990).

Este singular fato trouxe muitas consequências para o Brasil e, particularmente, para a cultura científica brasileira. “Aliado tradicional da Inglaterra, Portugal, na iminência de ser invadido pela França, por manter laços comerciais com os ingleses e sem condições de resistir militarmente aos franceses, embarcou sua Corte com destino ao Brasil” O plano, a muito preparado, ao que tudo indica, contava ainda com o apoio inglês, pois, além de representar uma vitória diplomática contra Napoleão, forçaria a abertura do Brasil ao comércio britânico (NEVES e MACHADO, 1999).

Assim, em 29 de novembro de 1807, acompanhada de 15 mil pessoas, arquivos, da biblioteca real e um prelo tipográfico, embarcados em 36 navios, a Corte zarpou do Tejo, sob escolta, rumo ao Brasil.

Emprestava-se uma nova dimensão ao projeto de um Império Luso-Brasileiro, uma vez que, enquanto perdurasse a crise na Europa, era o Brasil que se tornava a sede da monarquia (NEVES e MACHADO, 1999). As consequências seriam de longo alcance para as regiões portuguesas de ambos os lados do atlântico.

Assim com a instalação do Príncipe Real Regente D. João VI e sua Corte nestas terras (na Bahia) em 19 de janeiro de 1808 o cenário modifica-se. A *Carta Régia de 28 de janeiro deste mesmo ano* decreta a abertura dos portos brasileiros (de Belém, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Santos) às nações amigas. A *Carta Régia* põe fim ao Pacto Colonial e insere o Brasil no sistema econômico do velho mundo. Este decreto suspende as barreiras legais, que impedem o desenvolvimento do território, ao abrir os portos à navegação e incentivar o comércio com as nações estrangeiras. Agora é possível manter contato direto com a cultura européia.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Escola de Cirurgia e de Anatomia da Bahia

Entre as várias mudanças que surge com a chegada da Família Real destacamos, aqui, àquelas que estão relacionadas com o campo da educação. Criam-se medidas para implantação e difusão das ciências naturais e funda-se a Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia. Diz a *Carta Régia* que se cria:

A “Escola de Cirurgia no Hospital Real desta Cidade, para instrução dos que se destinam ao exercício desta arte, tem commettido²⁶⁷ ao sobredito Cirurgião Mor a escolha dos professores, que não só ensinam a Cirurgia propriamente dita, mas a anatomia como base essencial della, e a arte obstetrícia, tão útil como necessária” (*Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808*).

Deste modo, conforme *Carta Régia*, o Ensino das Ciências Médicas é instalado no Hospital Real Militar, no prédio do extinto Colégio dos Jesuítas situado no Terreiro de Jesus, em Salvador, Bahia. Entretanto, vale lembrar, que há diversos relatos anteriores de tentativas do ensino de ciência no país. Nesse sentido, o estudo de Fernando de Azevedo (1963), faz a seguinte consideração.

Antes da chegada da Corte ao Brasil, há um “regime opressivo da liberdade de pensamento e de crítica, e da desesperadora tenacidade com que a Metrópole sufocava toda as manifestações de cultura viva no país e todos meios de sua propagação, ter-se-á o quadro sombrio dos obstáculos quase invencíveis que se levantam no Brasil à penetração do espírito crítico e científico e a difusão dos estudos das ciências de observação”.

²⁶⁷Esclarecemos aos nossos leitores que, para preservarmos a originalidade dos documentos em todo o nosso trabalho, ao transcrever partes ou integridade dos documentos, mantivemos a forma original da escrita, ortografia, concordância verbal e nominal e idéias, conforme os originais, ou seja, fontes primárias e/ou secundárias.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Ações como essas teriam impedido não só a penetração de idéias, que eram correntes na Europa, no Brasil, mas também que estrangeiros vivessem em terras brasileiras. Também, não havia tipografia no país, dificultando, dessa forma, a divulgação de idéias novas e diferentes daquelas que interessavam ao governo português.

Entretanto, nesse novo momento, são tomadas decisões que garantem, a seu modo, novo rumo ao país. São criadas, também, como mostram-nos outras *Cartas Régias*, a Imprensa Régia, a Real Biblioteca, o Museu Real e o Real Horto, além do primeiro curso de ensino superior destinado à formação de engenheiros militares (junto à Academia Real Militar). Enfim, cunham-se no Brasil, neste momento, algumas das condições que se entendem necessárias para governar e administrar o país.

À sua maneira, essas e outras decisões do governo contribuem para melhoria das relações, no que diz respeito ao campo da cultura científica, com os países europeus, uma vez que procuram aqui estabelecer instituições nos moldes portugueses. Deste modo criam-se, novos meios e resgatam-se outros por onde podem penetrar e exercem-se as influências das culturas do velho mundo (SANTOS, 2008).

Estas medidas, também, visam atender, prioritariamente, à Corte estabelecida no Brasil, primeiramente na Bahia e, em seguida, no Rio de Janeiro, cidade destinada à sede do Reino e, também, ao senhoril, dono de grandes extensões de terras, militares, clérigos, viajantes e, finalmente, a população pobre e escravos (*Ibid*, p. 47).

As Reformas no Ensino Superior de Ciências

A Memória da Faculdade de Medicina da Bahia (1946) nos dá a conhecer, do parte do percurso do ensino no país e nos diz: O Brasil chega ao século XIX com



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

pouquíssimos médicos, um número ínfimo de hospitais e uma ou outra iniciativa de pesquisa. Só para termos uma idéia da situação, cabe notar que ainda nessa época, é freqüente recorrer a diversos “profissionais” da medicina como curandeiros, feiticeiros, boticários e aos barbeiros para se fazer sangria, tanto na medicina, como na cirurgia.

A antiga colônia, em 1815, elevada a condição de capital do Reino Unido de Portugal-Brasil-Algarves, necessitava então criar uma infra-estrutura capaz de permitir a continuidade do governo na nova terra.

Assim, em fevereiro deste mesmo ano, inicia-se a Reforma do Curso Médico-Cirúrgico, conforme estabelecido na *Carta Régia* 29 de dezembro, destinada ao Governador na Bahia. Com esta mesma *Carta Régia* se estabelece, provisoriamente, um “Plano de Ensino” para a Faculdade da Bahia com base nos fundamentos da Reforma de Coimbra²⁶⁸ elaborado pelo também diretor e médico da Real Câmara Dr. Manuel Luiz Álvares de Carvalho. Nela podemos ler:

O Dr. Manuel Luiz Álvares de Carvalho, formado pela Universidade de Coimbra, médico da Real Câmara, então diretor da Academia da Bahia influenciou junto do Governo Regente adoção do mesmo Plano de Ensino que é usado, e por ele elaborado e adotado desde 1.º de abril de 1813 na Escola Anatômica e Cirurgia Médica do Rio de Janeiro.

O “Plano de Ensino” determina que:

Para matricular-se no 1.º ano é preciso que o candidato saiba ler e escrever, e no 2.º ano exige-se o exame de língua francesa. O curso será de 5 anos de estudos, as disciplinas e cadeiras estão distribuídas da seguinte forma:

1º ano — Anatomia, Química Farmacêutica e Matéria Médica;

2º ano — Anatomia (repetição) e Fisiologia;

3º ano — Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica;

4º ano — Instruções Cirúrgicas e Operações, Obstetrícia;

²⁶⁸Essas mudanças foram inspiradas no Projeto de Reformas e Desenvolvimento das Ciências em Portugal instituídas pelo Marquês de Pombal. Documento em II Centenário da Reforma Pombalina, Portugal, Estatuto da Universidade de Coimbra, 1772.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

5º ano — Medicina prática e Obstetrícia (repetição)

Contudo, a criação de instâncias de ensino superior, nas condições do Brasil no início do século XIX, evoca a observação, notadamente, relevante para conhecer a história das ciências no Brasil, feita pela historiadora Ferraz (1997) em seu trabalho *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*, concernente a criação e funcionamento, de fato, dessas instituições. Por quanto, ela, nos diz:

Criar a Ensino Superior não significava, entretanto, que esta se poria, imediatamente, em funcionamento, pois dever-se-iam criar as cadeiras e nomear os professores para esses postos, os que muitas vezes se constituíam num problema sério devido à falta de pessoas capacitadas. As cadeiras reduziam-se na maior parte dos casos, às instruções que o professor dava com seus próprios recursos e matérias.

Assim o Plano de Ensino prevê que, para ingressar no primeiro ano da Faculdade, é necessário saber ler e escrever corretamente, bem como ter conhecimento das línguas Inglesa e Francesa. Também é facultado ao aluno ingressante matricular-se no segundo ano quando este souber Latim ou Geometria. Quanto a tal determinação, diz o referido Plano de Ensino: “Artigo 10º. - Podendo se presumir, que tem o espírito já acostumado a estudo, os Estudantes que souberem o Latim ou Geometria, matricular-se-ão estes logo pela primeira vez no Segundo ano” [...]. (Plano de Ensino da Escola da Bahia, Artigo 10º. - Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, BRASIL, 1815).

No entanto, ressaltamos que, apesar de o “Plano de Ensino da Bahia” ser semelhante ao da Escola de Anatomia-Cirúrgica do Rio de Janeiro, na Província Baiana, temos em funcionamento até 1815 apenas duas cadeiras, quais sejam,



VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

anatomia e cirurgia. Desse modo, a sociedade baiana, descontente com essa situação, reivindica reformas no Curso Médico. Assim, o Príncipe Real, em 17 de março de 1816, reconhece tal situação e encaminha a seguinte *Carta Régia ao Conde dos Arcos, Capitão General da Bahia*, que nos diz:

Sendo-me presente o quanto são limitados os princípios de cirurgia que se adquire pelas lições das matérias próprias das duas cadeiras nessa cidade, para [...] promover a cultura e progresso de tão importantes estudos. Hei por bem criar um curso completo de cirurgia nessa cidade, à semelhança do que se acha estabelecido por decreto de 1.º de abril de 1813, nesta Capital, Rio de Janeiro, segundo o plano que mandei formar por Manuel Luiz Alvares de Carvalho, do meu Conselho, Médico da minha Real Câmara, honorário e diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia nesta Corte e Reino do Brasil, e que com esta vos envio [...]. Entre as várias medidas previstas pelo Príncipe Real encontra-se a transferência da Escola de Cirurgia-Médica do Hospital Real Militar²⁶⁹ para a Santa Casa da Misericórdia. Apesar da legislação sobre os estudos das ciências médicas no país determinar que o funcionamento e ensino das mesmas aconteçam nos Hospitais Reais Militares, verificamos que, na Bahia, a Escola de Medicina funciona no Hospital da Santa Casa da Misericórdia entre 1815 e 1832 (*Carta Régia* de 29 de dezembro de 1815).

Deste modo, concorrendo para essa situação, a Ata de 17 de março de 1816 registra a abertura da Escola Médica-Cirúrgica da Bahia, na Sala das Sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, na presença do Coronel Ajudante de ordens do Conde dos Arcos, do Governador e Capitão General da Bahia, do Provedor da

269Os Hospitais Militares são criados no século XVIII sob o decreto da Rainha em 19 de janeiro de 1779. Na Bahia o hospital foi fundado em 04 de outubro deste mesmo ano pelo Governador e Capitão Geral D. Fernando Jozé de Portugal. Porém, em 1815, D. Pedro I transformou-os em Hospitais Regimentais, dando-lhes novo Regulamento, vide documentação no Arquivo Histórico Ultramarino - 19 de Janeiro de 1779 – Caixa nº 53 - DOE nº 10.067-10.068 e Carta Régia 29 de dezembro de 1815, in Brasil, *Collecção de Leis do Brasil Império (1815)*, p. 2.

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Santa Casa José Tomaz Boccaciari e dos Lentes António Ferreira França, José Avelino Barbosa, Manoel José Estrela, José Soares de Castro e José Alvares do Amaral da seguinte maneira:

E aí foi dito [...] estabelecer nesta cidade, com os arranjos e utensílios necessários para completa execução das Reais Determinações, tinha com efeito aprontado as casas para as aulas, cadeiras, bancos e o mais que lhe parecera mais urgente para dar-se princípio ao dito curso, ficando esta sala das sessões da Mesa da Santa Casa igualmente destinada para nela se fazerem os Exames, e todos os Atos públicos da Escola, conforme se tinha concordado com o Provedor da mesma Santa Casa [...] convidava os mencionados Lentes para lhe entregar, e dar posse de tudo acima dito em nome, e da parte do mesmo Exmo. Senhor, afim de que todos e cada um dos lentes entre no exercício de suas funções conforme o Plano de Estudos médico-cirúrgicos mandado observar pela sobredita *Carta Regia de 29 de dezembro* do ano passado. [...].

Importa-nos destacar que, conforme determinação da *Carta Régia*, o Plano de Estudos Médico-Cirúrgicos exerce também o poder de Estatuto do Curso e, assim, cria algumas disciplinas, além de nomear seus respectivos lentes e dar poderes ao provedor. E deste modo, vejamos:

Plano de Estudos, [...], e que serve de Estatutos ao Curso Médico-Cirúrgico, [...] nomeia a José Avelino Barbosa Lente do Quinto ano, a António Ferreira França Lente do Terceiro ano, a Manoel José Estrela Lente do Segundo ano, a José Soares de Castro Lente do Primeiro ano, e a José Alvares do Amaral Lente Substituto do Primeiro, Segundo e Quarto ano, e encarregado de dar lições de Patologia e Terapêutica Cirúrgica no Terceiro ano, tomaram posse das referidas casas de aulas, d'Exames, e mais objetos relativos à Escola, de que se fará o competente inventário, e instalaram o Colégio Médico Cirúrgico desta Cidade, encarregando-se não só de executar religiosamente os Estatutos, Ordens Regias e do Governo desta Província, como também de



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

tomar debaixo d'aprovação do mesmo Governo os acordos e deliberações sobre todos os objetos, que julgarem convenientes ao melhor desempenho de seus deveres, como Lentes [...].

E, no mesmo ato, estando a Escola Médica-Cirúrgica assim instalada e em exercício de suas funções, o Príncipe Regente, manda que se:

Registrassem todos os Diplomas Régios [...] em um livro próprio para os Registros de toda a sua correspondência: e resolveu, que, como fosse necessário haver um Secretário, que se encarregasse de toda escrituração de suas Atas, Registros, matriculas e Exames, se pedisse ao Exmo. Snr. Conde Governador a nomeação de um indivíduo para esse lugar; petição essa, que se incumbiu fazer verbalmente o sobredito Coronel Ajudante de Ordens, [...] depois, de instruído o Colégio marcar o dia d'abertura das aulas. [...] e levantou a sessão. Eu José Alvares do Amaral, encarregado de fazer esta Ata, a fiz, que assinarão todos os Lentes acima mencionados. Bahia em Colégio, 17 de março de 1816 - António Ferreira França - Dr. José Avelino Barbosa — Manoel José Estrela — José Alvares do Amaral.

Em seguida, o mesmo documento, descreve o Plano de Estudos Médico-Cirúrgicos da Bahia. O referido Plano é, então, apresentado conforme deliberações, tal como se segue abaixo:

Plano de Estudos Médicos

- 1.º — O curso completo de Cirurgia será de cinco anos.
- 2.º — No 1.º ano aprende-se anatomia em geral [...] e de então [...] ensinar-se-á Química farmacêutica, e o conhecimento necessário à Matéria Médica e Cirurgia, sem aplicações; o que se repetirá nos anos seguintes, sendo estas noções dadas pelo Boticário do Hospital, que vencerá nos dois meses de outubro e novembro que ensinar em cada um deles vinte mil reis.
- 3.º — No segundo ano repete-se o estudo de anatomia com explicação das entranhas e mais partes necessárias à vida humana, isto é, a Fisiologia [...].



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- 4.º — No terceiro ano, [...] lições de Higiene; Etiologia, Patologia e Terapêutica.
- 5.º — No quarto ano haverá instruções cirúrgicas, e operações [...] e lições e prática d'arte Obstétrica.
- 6.º — No quinto ano [...] exercício prático de Medicina [...] e assistirão os Estudantes outra vez as lições do quarto ano, a Obstetrícia.
- 7.º — Para serem matriculados os Estudantes no primeiro ano deste Curso, bastará, que saibam ler e escrever corretamente. [...].
- 8.º — [...] ... [...].
- 9.º — Todos os Estudantes assistirão desde o primeiro ano ao curativo [...] e ainda mais será o tempo destinado para as lições d'Anatomia, [...].
- 10.º — [...] os Estudantes que souberem o Latim ou Geometria, matricular-se-ão estes logo pela primeira vez no Segundo ano [...].
- 11.º — Todos os exames deste Curso serão públicos.
- 12.º — Do 2.º ano em diante até o último haverá sabatinas e todos os meses Dissertação em língua Portuguesa.
- 13.º — Do 3.º ano até o fim do 5.º não há feriados nas Enfermarias [...].
- 14.º — Depois de feito o exame do 5.º ano poderão os que forem aprovados haver a Carta de Cirurgia.
- 15.º — Aqueles porém que tendo sido aprovados 'plenamente em todos os anos quizerem de novo frequentar o quarto, e o quinto ano, fazendo os Exames com. distinção se lhes dará a nova graduação de formados em Cirurgia.
- 16.º — Os Cirurgiões formados gozarão de prerrogativas [...].
- 1.º — Preferirão em todos os Partidos Públicos aos que não tiverem esta Condecoração;
- 2.º — Poderão por virtude de suas Cartas curar todas as enfermidades, aonde não houver médicos;
- 3.º — Serão desde logo Membro do Colégio Cirúrgico, e Opositores às Cadeiras deste Curso e das estabelecidas nesta Corte e das que se hão de estabelecer no Maranhão e Portugal;
- 4.º — Poderão todos aqueles, que se enriquecerem de princípios e prática a ponto de fazer os exames, que aos médicos se determinam, chegar a ter a Faculdade, o Grau de Doutor em Medicina.
- 17.º — Os exames que para este Grau se exigem são os seguintes os de preparatórios, os dos anos letivos, as conclusões Magnas e



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Dissertações em Latim. (Carta Régia ao Governador da Bahia, 1816).

Destacamos que, diferentemente da Faculdade do Rio de Janeiro, na Bahia, o 2º. Artigo deste “Plano de Estudo” determina que as disciplinas da segunda parte do primeiro ano devem ser ensinadas pelo Boticário do Hospital da Santa Casa. Deste modo, conforme estes documentos, *Cartas Régias* e *Ata de Posse do Colégio Médico-Cirúrgico de 17 de março de 1816*, após a primeira Reforma da Educação Superior, o ensino das ciências médicas na Bahia, “estabelece-se” de fato, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

CONCLUSÕES

Deste modo, pensamos ter mostrado nesta reflexão uma das faces da história da educação no âmbito das ciências médicas no Brasil e como este período de 1808 a 1816 encontra-se imbricado em questões de transformações de ordens política, religiosa, econômica, social, legislativa e de ensino devido à transferência para essas terras da Capital do Reino Portugal-Brasil-Algave.

A Academia de Ciências Médicas da Bahia surge imbricada num contexto de mudanças e desenvolvimento do país com a chegada da família real e demarcam a implantação e difusão das ciências naturais no país.

O ensino das ciências médicas com a criação da Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia, desde sua criação pelo Príncipe Real D. João VI, passa por várias transformações e reformas para se adequar à política do país e atender às necessidades de cada momento bem com as reivindicações das corporações e dos lentes.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Assim, o percurso da Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia, nesse período, mostra-nos que o surgimento das novas disciplinas e planos de ensino são influências das novas visões de ciências médicas e política que, por seu modo, contribuem para melhoria da educação e da saúde pública do país.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & M. H. R. Beltran, orgs. *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2004.
- AMARAL, H. (1948). "Conferência na Sessão do Instituto Bahiano de História da Medicina. *in*: Arquivo do Instituto Baiano de Medicina, Vol. I, p. 42.
- ARAGÃO, G. M. S. (1940). *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia (1924)*, Brasília, Ministério da Educação e Saúde.
- AZEVEDO, F de (1963). "As Ciências no Brasil". *in*: A Cultura Brasileira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.
- BRASIL (1808-1891). *Collecção de Leis do Brasil Império*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- BRASIL (1832). *Collecção de Leis do Brasil Império*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- BRAZ DO AMARAL. *História da Bahia do Império à República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- CARTA DO GOVERNADOR DA BAHIA ([s.d.]). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, 69:213-251. Arquivo Público da Bahia, pp. 24-27
- CARTA RÉGIA de 29 de dezembro de 1815 (1815). *Arquivo do Instituto Bahiano de História da Medicina*, vol. I, pp. 44-45.
- CARTA RÉGIA de 18 de fevereiro de 1808 (1808 -1820). Brasil, *Collecção das Leis do Brasil Arquivo Público da Bahia*.
- CARTA RÉGIA de 29 de dezembro de 1815 (1815). 10º. Plano de Ensino. Brasil, *Collecção das Leis do Brasil, Arquivo Público da Bahia*.
- CARTA RÉGIA de 29 de dezembro de 1815 (1817). Brasil, *Collecção das Leis do Brasil, Arquivo Público da Bahia*.
- CARTA RÉGIA de 28 de janeiro de 1817 (1817).. Brasil. *Collecção das Leis do Brasil, Arquivo Público da Bahia*.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

-
- CARTA RÉGIA de 1832. Brasil (1832). Colleição das Leis do Brasil, Arquivo Público da Bahia.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). (16 agosto, 2006). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).
- FALCÃO, C. E. (1984). “As contribuições originais da Escola Tropicalista Baiana”. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. 2ª Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Comissão de História Científica.
- FAUSTO, B. (1990). *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal.
- FERRAZ, M. H. (1997). As Ciências em Portugal e no Brasil (1772 – 1822): o texto conflituoso da química. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, [s.d.].
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1 (10 de julho de 1866): 2 e 3. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1 (10 de julho de 1866): 12. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 3-6 e 57 (10 de julho de 1866): 97-99. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 2 (25 de julho de 1866): 24. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 2 (25 de julho de 1866): 13-14. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 3-6 e 57 (10 de agosto de 1866): 97-99. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 6 (25 de setembro de 1866): 61. CESIMA.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 6 (25 de setembro de 1866): 62. CESIMA.
- MATOS, K. F. de O. (2006). “A Química na Bahia: Da Faculdade de Medicina a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (1889 – 1950)”. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUCSP.
- MEC/BRASIL. (1946). *Memórias da Faculdade de Medicina 1808 – 1946: Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia*, Brasília.
- NEVES, L. M. das e MACHADO, H. F. (1999). *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PEIXOTO, A. (1945). *Breviário da Bahia*, Bahia: AGIR.
- PEREIRA, P. (1967). “A tradição histórica da Faculdade de Medicina da Bahia é um traço é um traço luminoso e indelével de patriotismo desde sua fundação até nossos dias”. *Bahia Ilustrada*, II (3): 7-8.
- PORTUGAL, (1772). *Estatuto da Universidade de Coimbra*, Coimbra.
- RIBEIRO, M. A. (1997). *A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus Memorialistas (1854-1924)*, Salvador, EDUFBA.
- SANTOS, A. F. (2008). “Escola Tropicalista Baiana”, Dissertação de Mestrado em História da Ciência, PUCSP.
- SODRÉ, N. W. (2002). *Formação Histórica do Brasil*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Grapfia.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- SOUZA, A. J. (1967). "Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia (1862/1867)". in: O Ensino da Clínica obstetrícia na Universidade da Bahia. Salvador, EDUFBA.
- STEPHANOU, M. & e BASTOS, M. H. C. (orgs). (2005). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, vol. II, Petrópolis, Vozes.
- TAMBARA, E. (2005). "Educação e Positivismo no Brasil", in *Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. II – Século XIX*, Petrópolis: Vozes.
- TAVARES, L. H. D. (2001). *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo, UNESP/ EDUFBA.
- TEIXEIRA, R. (2001). *Memórias da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)*, 3ª ed. Bahia, EDUFBA.
- TORRES, O. (1946). *Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)*. Salvador, Imprensa Vitória.